



Março 2021

Ano 32

Nº 1

*Diretor José Poças Esteves*

Crowe Advisory - Un SaeR  
Rua Castilho, 185 – 2º andar • 1070-051 Lisboa, Portugal  
Tel. +351 213 030 830  
saer@crowe.pt • saer.crowe.pt

Venda exclusiva por assinatura  
Registo de empresa de DGCS: 213.682  
Número de publicação: 113.683

# Relatório trimestral

## SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

O quadro de interpretação deste primeiro trimestre de 2021 é dominado pela pandemia e a incerteza dos seus efeitos. Integra diversos processos paralelos de crise que podem ficar associados a crises sociais, políticas e das relações internacionais, de forma generalizada. O padrão estratégico da recuperação é ainda incerto, mas será definido por quem primeiro controlar os efeitos da pandemia e estabilizar a gestão da dívida voltando ao crescimento económico e à acumulação de capital. Para a União Europeia, o coronavírus é uma ameaça, mas também um criador de oportunidades que abrem caminho para uma reconfiguração da União, mais rápida e mais profunda do que se podia prever antes da pandemia.

### *Neste número:*

- *O acidente que se tornou um revelador histórico*
- *A perspetiva económica*
- *A pandemia e a reinvenção das cidades*
- *A pandemia e o turismo pós-pandémico*



Páginas 4 a 5

## Editorial

---

Páginas 6 a 14

## O que fica

### ***O acidente natural que se tornou um revelador histórico***

O enquadramento geral do quadro de interpretação que permite referenciar os acontecimentos deste primeiro trimestre de 2021, é dominado pelos efeitos da pandemia e integra diversos processos de crise, cada um com origem e localização específicas, mas, que porque ocorrem todos na mesma conjuntura e pressionados pelo fator comum de uma crise sanitária que provoca uma crise económica, a todas elas vão ficar associadas às crises sociais, políticas e das relações internacionais que configuram uma crise generalizada. Quem primeiro controlar os efeitos da pandemia e quem primeiro estabilizar a gestão da dívida, voltando ao crescimento económico e à acumulação de capital é quem estará em condições de mostrar qual é o padrão estratégico para a reconstrução das relações económicas, para a estabilização das orientações políticas, para a resolução das conflitualidades sociais e para a configuração do futuro padrão de ordem mundial. Nesta fase, não é claro quem liderará esse processo, e que configuração política, ideológica e económica terá essa nova ordem.

---

Páginas 15 a 21

## Análise de Conjuntura

### ***Perspetiva económica***

As perspetivas da evolução económica internacional encontram-se condicionadas pelo fator sanitário e pelo impacto do pacote fiscal norte-americano e permanece um grande número de variáveis instáveis que constitui um complexo de incertezas em termos de perspetivas económicas a prazo. A UE atrasou-se na autorização das vacinas e o sistema centralizado de compras e distribuição

proporcional – correto politicamente – terá porventura criado desvantagens negociais, as quais, aliadas a incumprimentos reiterados por parte dos laboratórios produtores, imporá atrasos na vacinação e, conseqüentemente, na recuperação das atividades económicas, em particular daquelas que exigem relacionamento interpessoal físico, entre elas o turismo. A retoma da economia portuguesa deverá acompanhar temporalmente a recuperação europeia, mas não o seu ritmo. E será, ainda, uma retoma assimétrica, porque houve atividades mais afetadas do que outras e a estrutura produtiva se reorganizou.

---

*Páginas 22 a 25*

## Olhar global

### ***A pandemia e a reinvenção das cidades***

Os sistemas urbanos sempre constituíram motores de transformação e desenvolvimento económico e social e as cidades polos de atração para pessoas e empresas. Como sociedade, estamos num momento único para fazer um balanço, avaliar o que funcionou bem e o que não funcionou, aproveitar para eliminar os problemas e o que está mal, reinventar, melhorar e seguir em frente. À medida que se volta a uma nova normalidade, há que assumir uma tendência para proteger certos aspetos entretanto normalizados pela pandemia e que algumas das tendências agora verificadas se tornem irreversíveis. No entanto, as cidades deverão continuar a ser um dos maiores triunfos da sociedade, e estarão para ficar como espaços de encontros, liberais, tolerantes e experimentais, geradores de conhecimento, riqueza e desenvolvimento social.

---

*Páginas 26 a 28*

## Tema de fundo

### ***A pandemia e o turismo pós-pandémico***

Entre os fatores e tendências que irão ter um papel determinante na evolução do turismo numa era pós-pandémica a utilização mais intensa da internet e TIC é uma “tendência pesada” e resulta num decréscimo de determinados tipos de fluxos de tráfego aéreo e turístico, nomeadamente nas viagens de negócios, congressos e eventos. O início de 2020 veio, com o surgimento da pandemia por coronavírus, introduzir uma nova dimensão ao conceito de segurança – a biossegurança transversal a todas as atividades humanas e no funcionamento das sociedades, sendo fundamental assegurar níveis confortáveis de biossegurança para que a atividade do turismo possa recomeçar um novo caminho, que continuará a ser determinante na geração de riqueza e bem-estar a nível global.

---

## Editorial

O quadro de interpretação deste primeiro trimestre de 2021 continua dominado pela pandemia e pela incerteza da sua evolução e efeitos. Este quadro torna-se complexo, porque resultou de um acidente sanitário e natural que veio surpreender e revelar desequilíbrios já existentes e provocar pressões extremas sobre os sistemas económicos, políticos e sociais, alterando os seus campos de possibilidades.

A evolução da pandemia vai determinar os acontecimentos: uma evolução mais perto do normal, com uma recuperação próxima dos padrões anteriores, ou uma descontinuidade que vai obrigar a uma transformação e reconfiguração dos padrões atuais nas economias, nas políticas, nas sociedades e nas relações internacionais. A velocidade de vacinação tornou-se o elemento mais determinante - quem vacinar primeiro, recupera primeiro. O padrão estratégico da recuperação, quer a nível nacional, regional ou mesmo internacional, será definido por quem controlar o efeito da pandemia, primeiro pela vacinação e depois (em parte, em consequência) pela estabilização orçamental e gestão da dívida, com um retorno mais rápido ao crescimento económico e à acumulação de capital.

Também na competição internacional e no campo geopolítico, quem melhor controlar os efeitos da pandemia, tem mais possibilidades de determinar ou, no mínimo influenciar, o novo padrão da ordem mundial. Os Estados Unidos estão enfraquecidos na sua autoridade política e por um forte divisionismo interno que dificultam as suas orientações estratégicas, quer nacional, quer internacionalmente. A Europa vive entre uma possível alteração ou desagregação da ordem mundial, com impactos (negativos e positivos) internos importantes, e uma possibilidade histórica de afirmação e consolidação, oferecendo uma mais forte identidade geopolítica e condições de escala, segurança, poder e desenvolvimentos aos seus Estados-membros (nomeadamente quando comparado com uma possível saída).

Independentemente dos cenários incertos de evolução, há tendências irreversíveis que se estão a notar. É essa análise da situação e de algumas dessas tendências que procuramos fazer no presente relatório.

*A evolução da pandemia vai determinar os próximos acontecimentos e a forma como será feita a reconfiguração dos padrões atuais nas economias, nas políticas, nas sociedades e nas relações internacionais.*



Para além das habituais avaliações das perspetivas da situação geopolítica e económica, analisamos os impactos da pandemia em duas realidades importantes para a economia portuguesa: a organização e gestão das Cidades do futuro e o setor do Turismo.

No caso das Cidades, são analisados os possíveis impactos do trabalho remoto, das alterações climáticas, das novas perceções de segurança e bem-estar e a grande questão do possível êxodo urbano (sonho ou pesadelo?), mas também a certeza da continuada importância das Cidades para o desenvolvimento dos Países.

Com a análise do turismo pós-pandémico, procuramos chamar a atenção para as necessárias alterações que as novas tendências vêm trazer, considerando as novas atitudes e motivações, individuais e sociais, que exigem um novo Propósito e uma nova Abordagem Regenerativa.

A todos, boas leituras e uma boa saúde.

#### *Post scriptum:*

*O Relatório Trimestral SaeR é emitido há 32 anos. Este número é o primeiro a ser elaborado após a SaeR (a partir de Janeiro deste ano de 2021) ter integrado, de forma estratégica, a Crowe Advisory Portugal, com a criação da área de Strategic Advisory e a unidade de negócios Crowe Advisory-SaeR. Com esta integração estratégica, a SaeR mantém a sua total independência científica e técnica, com autonomia de gestão e garantindo os mesmos valores e qualidade de serviço.*

*Num mundo cada vez mais global, complexo, incerto e volátil, os mercados e agentes económicos exigem uma resposta e propostas de valor cada vez mais integradas, com perspetiva, ao mesmo tempo, local e global, holística especializada, forte e ágil. Para a SaeR, esta integração estratégica corresponde a esta exigência e constitui a evolução natural no desenvolvimento da sua missão e posicionamento de apoio aos decisores de topo, nacionais e internacionais, na fundamentação das suas decisões estratégicas.*

*A Crowe, presente em Portugal desde 1998, tem vindo a reforçar os seus serviços na área de Advisory de forma a crescer e alargar as suas áreas de atuação com recurso a especialistas de renome. A marca SaeR irá permanecer ativa na nova denominação Crowe Advisory-SaeR, simbolizando a ligação entre marcas e a prestação de homenagem ao importante legado que a SaeR tem tido na economia portuguesa, desde a sua constituição, por Ernâni Lopes, há mais de três décadas.*

*Neste Relatório analisamos os impactos da pandemia em duas realidades importantes para a economia portuguesa: a organização e gestão das Cidades do futuro e o setor do Turismo.*



## *O acidente natural que se tornou um revelador histórico*

*A agravar o impacto já de si relevante deste acidente natural imprevisto que é a pandemia, está o facto de ele se ter manifestado em contexto de equilíbrios já instáveis ou em relações de desequilíbrios cumulativos que ainda antes da pandemia eram já dificilmente geríveis.*



A pandemia do coronavírus aparece como um acidente natural imprevisto, que provoca pressões extremas sobre os sistemas políticos, económicos e sociais, conduzindo-os aos seus limites de sustentabilidade e alterando os campos de possibilidade do sistema de relações internacionais. Este acidente não se manifesta em contextos de equilíbrios estáveis, mas sim como um fator incontrolável de pressões extremas em sistemas que já estavam em equilíbrios instáveis ou mesmo em relações de desequilíbrios cumulativos, que já eram de difícil gestão mesmo que não tivesse ocorrido este acidente imprevisto - já antes se estava na vizinhança de uma crise de grande intensidade. Neste contexto, será a pandemia, enquanto fator que determina o que serão os passos seguintes, a decidir se ainda haverá uma evolução normal dentro de um processo de mudança - orientado por uma estratégia de recuperação do padrão antes existente -, ou se a evolução terá de ser feita em processo de descontinuidade, que terá de ser conduzido por uma estratégia de reconstrução que enfrente os desequilíbrios acumulados numa perspetiva de transformação, criando a crítica do passado com a proposta de uma nova configuração de futuro.

A pandemia do coronavírus não é um acelerador da História, no sentido de que seria a mão invisível que concretizava uma linha de possibilidade que estava latente no sistema de desequilíbrios acumulados. Pelo contrário, esta pandemia é apenas um revelador histórico que não tem uma origem ideológica, não resulta de um debate sobre formas alternativas de configurar as sociedades, os sistemas económicos, os sistemas políticos e os sistemas de relações internacionais, mas é um acidente da natureza, uma contingência que não tem um autor responsável com o qual se possa estabelecer um processo de negociação para se encontrar uma resolução satisfatória para os diferendos. Esta pandemia veio revelar que os equilíbrios instáveis que se formaram no que parecia ser uma evolução normal, tinham já evoluído para desequilíbrios efetivos e cumulativos. Essa evolução já não era sustentável com recurso a meras mudanças incrementais - seria necessário avançar para estratégias de transformação que contribuíssem para a formação de uma nova configuração estruturante do processo de evolução para um futuro que já não fosse a continuidade natural do passado.

Passado um ano desde o início da ameaça pandémica, justifica-se o diagnóstico de que se está perante uma crise de descontinuidade, onde o padrão de relações conhecido não pode ser reproduzido nem reconstruído, porque o que é destruído com a paralisação das sociedades, o congelamento das economias e a rutura das redes do comércio internacional não pode ser compensado com transferências financiadas com endividamento, e os recursos financeiros que se aplicarem para reduzir os efeitos dessas perdas vão acentuar os desequilíbrios já existentes nas execuções dos orçamentos e nos volumes de dívidas públicas acumuladas que continuam a crescer.

*Passado um ano desde o início da ameaça pandémica, justifica-se o diagnóstico de que se está perante uma crise de descontinuidade, onde o padrão de relações conhecido não pode ser reproduzido nem reconstruído (...) porque o que é destruído (...) não pode ser compensado com (...) endividamento (...)nem sem acentuar os desequilíbrios já existentes nas execuções dos orçamentos e nos volumes de dívidas públicas acumuladas que continuam a crescer.*

As crises de descontinuidade são processos históricos pouco frequentes e estão habitualmente associados a revoluções que alteram o quadro de orientação ideológica dos comportamentos políticos ou a guerras generalizadas que alteram a hierarquia dos poderes mundiais e que, pela destruição que provocam, referenciam a reconstrução posterior ao sistema de valores e de orientações do que for o novo poder dominante na escala mundial. Mas uma crise de descontinuidade também pode ser o resultado da articulação de crises locais, independentes nas suas origens, mas simultâneas nas suas ocorrências, que se conjugam por efeito de um acidente inesperado – como é uma pandemia – e que abre uma dinâmica de circularidade perversa, em que todas essas crises locais se misturam e nenhuma tem resolução estável.



Este é o quadro de interpretação que permite referenciar os acontecimentos deste primeiro trimestre de 2021, em que o enquadramento geral que é dominado pelos efeitos da pandemia integra diversos processos de crise, cada um com origem e localização específicas. Mas, porque ocorrem todos na mesma conjuntura e pressionados pelo fator comum de uma crise sanitária que provoca uma crise económica, a todas estas crises singulares vão ficar associadas as crises sociais, políticas e das relações internacionais que estabelecem a circularidade perversa de crises singulares que se interrelacionam para configurarem uma crise generalizada.

Sendo o enquadramento geral dominado pelos efeitos da pandemia, a circularidade perversa que se estabelece entre sistemas económicos, sociais e políticos que operam longe do equilíbrio é alimentada por dois efeitos complementares, o papel dos bancos centrais na emissão de moeda para monetizar os défices orçamentais e as dívidas públicas, por um lado, e a competição pela função hegemónica de estabelecimento de um novo padrão de

ordem mundial que resulte da exploração das oportunidades criadas por esta crise de descontinuidade.

O papel dos bancos centrais na gestão da dívida não é o prolongamento natural da função dos sistemas financeiros na gestão do capital. A dívida é um expediente conjuntural para resolver desequilíbrios económicos e sociais numa ótica distributiva, o capital é o resultado de um processo de acumulação dentro de uma estratégia de crescimento económico e de equilíbrio sustentável de interesses sociais. Ao utilizar a emissão de dívida (ou a compra de dívida emitida pelos bancos ou pelos Estados) para compensar a destruição do capital em consequência dos custos extraordinários associados à pandemia, os bancos centrais ganham tempo, mas não substituem a necessidade de reconstruir os equilíbrios económicos fundamentais. Gerir dívida é apenas um modo de gerir a transição para o retorno à acumulação de capital.

*Ao utilizar a emissão de dívida para compensar a destruição do capital em consequência dos custos extraordinários associados à pandemia, os bancos centrais ganham tempo, mas não substituem a necessidade de reconstruir os equilíbrios económicos fundamentais. Gerir dívida é apenas um modo de gerir a transição para o retorno à acumulação de capital.*



A competição pelo lugar de potência hegemónica que estabeleça o novo padrão de ordem mundial é a outra parte da gestão da fase de transição. Quem primeiro controlar os efeitos da pandemia e quem primeiro estabilizar a gestão da dívida voltando ao crescimento económico e à acumulação de capital é quem estará em condições de mostrar qual é o padrão estratégico para a reconstrução das relações económicas, para a estabilização das orientações políticas, para a resolução das conflitualidades sociais e para a configuração do futuro padrão de ordem mundial.

#### ESTADOS UNIDOS: SOCIEDADE DIVIDIDA, PODER INCONSISTENTE

A atual crise do padrão de ordem mundial tem origem no seu criador e regulador, os Estados Unidos, quando reconheceram que o sistema de relações baseado em instituições de regulação multilaterais não lhes garantia que pudessem neutralizar as consequências da emergência da China como potência relevante na escala global. O que tinha tido sucesso no confronto com a União Soviética, através da estratégia de dissuasão e da formação de redes de alianças para neutralizar a expansão soviética, já não mostra a mesma eficácia para enfrentar a ameaça competitiva da China, que se desenvolve mais pelas vias económica, financeira e tecnológica do que pela via da competição em equipamento militar.

Esta perceção da ameaça chinesa induziu uma mudança inesperada no enquadramento político e estratégico dos Estados Unidos, quando estes escolhem a via do isolacionismo e das guerras de tarifas aduaneiras como os meios adequados para neutralizarem os

ganhos competitivos da China. Esta mudança de orientação, contudo, não foi uma escolha circunscrita aos dirigentes políticos, ela revelou-se um fator específico de divisão da sociedade americana em duas fações de pesos eleitorais equivalentes. Esta divisão da sociedade e do eleitorado gera uma bipolarização partidária que prejudica a consistência do poder político, na medida em que este passa a ter uma legitimidade imperfeita porque a sociedade está polarizada em duas perspectivas de orientação opostas, entre o nacionalismo e o globalismo, entre o protecionismo e o multilateralismo. Esta polarização radicalizada teve a sua expressão mais evidente, e também ela inesperada mas não inédita na história política norte-americana, no modo como decorreu a campanha presidencial de Novembro de 2020, na divisão dos eleitores em dois blocos de valor idêntico, mas, sobretudo, nas circunstâncias da transição de poderes entre derrotado e vencedor, quando o primeiro denunciou a existência de fraudes na contagem dos votos, pondo em causa o princípio fundamental do dispositivo democrático que consiste em garantir que a transição do poder não precisa de recorrer à violência.

*A divisão da sociedade e do eleitorado americanos gera uma bipolarização partidária que prejudica a consistência do poder político, na medida em que este passa a ter uma legitimidade imperfeita porque a sociedade está polarizada em duas perspectivas de orientação opostas, entre o nacionalismo e o globalismo, entre o protecionismo e o multilateralismo.*



Os acontecimentos que se sucederam entre o dia da eleição e a tomada de posse são reveladores do que acontece quando as emoções da polarização política se sobrepõem à análise da realidade efetiva das coisas e colocam os Estados Unidos numa configuração estrutural em que são derrotados mais pelas divisões internas do que pelas ações dos concorrentes. É um novo contexto para a política norte-americana que tem como implicação imediata a perda de estatuto de centro hegemónico na estruturação da ordem mundial, porque o seu sistema de alianças perde credibilidade e porque desaparece a relação de autoridade e de confiança nas decisões das autoridades políticas dos Estados Unidos. Tendo sido enfraquecida a sua autoridade política e tendo sido perdida a confiança na estabilidade das suas orientações estratégicas, os Estados Unidos têm estado a criar as condições que favorecem os seus competidores, que não deixam de explorar as oportunidades que lhes são oferecidas. Fica assim estruturado o contexto para uma circularidade de instabilidades, onde cada confronto, local ou regional, aumenta a instabilidade da ordem mundial – da região do Médio Oriente, com a utilização de Israel, da Arábia Saudita e dos Emiratos no confronto com o Irão, com o novo expansionismo da Turquia no Mediterrâneo em confronto com a Grécia e envolvendo-se na Síria e na Líbia, até à região do Índico-Pacífico onde se disputa o confronto com a China. É um campo de confrontos estratégicos fragmentado e regionalizado, e que tem como característica central uma dinâmica de oportunismos locais que não conduz a uma

estrutura de ordem geral estabilizadora nem à expressão de um centro hegemónico que seja coordenador deste sistema de conflitos regionais e locais.

*Os acontecimentos que se sucederam entre o dia da eleição e a tomada de posse do novo presidente são reveladores de um novo contexto para a política norte-americana, que tem como implicação imediata a perda de estatuto de centro hegemónico na estruturação da ordem mundial, porque o seu sistema de alianças perde credibilidade e porque desaparece a relação de autoridade e de confiança nas decisões das autoridades políticas dos Estados Unidos.*



Nesta nova estrutura de desordem geopolítica, a pandemia do coronavírus atingiu os Estados Unidos de um modo muito especial porque veio pôr em causa a consistência da sua resposta política a uma ameaça da natureza e integrou esse desafio no contexto mais geral da eficácia comparada de modelos de sociedade e de política, para além da comparação mais imediata que se coloca no plano da resposta à crise económica que é induzida pela crise sanitária.

Se a eleição presidencial revelou uma sociedade americana dividida por clivagens irreconciliáveis, a crise pandémica confirmou essa mesma divisão mesmo em questões que não são diretamente políticas, mas que ganham um especial relevo político porque interferem no modo e na eficiência como se responde a uma emergência de política pública de saúde. Esta divisão da sociedade americana continuará a ser o tema central para a resposta de política económica às consequências nas empresas e no emprego, mas também nos défices públicos e no volume de dívida, que decorrem do choque pandémico.

A escolha da administração Biden foi um programa de estímulos de escala inédita de 1.9 triliões de dólares, já aprovado no Congresso. O seu objetivo imediato é evitar o congelamento da economia que resulta da necessidade de distanciamento social, mas o seu objetivo a prazo é reduzir a polarização do eleitorado até às eleições de 2022, onde o Partido Republicano precisa de ganhar um lugar no Senado e cinco na Câmara dos Representantes para ficar com o domínio do Congresso, reduzindo ou anulando o campo de possibilidades do Partido Democrático.

O sistema político americano continuará a operar muito longe do equilíbrio, com fortes pressões sobre o orçamento e a dívida, o que significa que as decisões políticas serão muito condicionadas pelo campo de manobra da Reserva Federal e pela sua capacidade de injetar liquidez através da compra de ativos e continuar a controlar a taxa de juro. Com uma sociedade dividida e um eleitorado polarizado, quando a crise sanitária implicou uma crise económica que conduz as instituições responsáveis pela política monetária aos limites das suas possibilidades de intervenção, não se pode esperar que a condução dos assuntos políticos se torne consistente.

Na parte final deste primeiro trimestre de 2021, um relatório dos serviços secretos dos Estados Unidos, concluído ainda no último

*Se a eleição presidencial revelou uma sociedade americana dividida por clivagens irreconciliáveis, a crise pandémica confirmou essa mesma divisão mesmo em questões que não são diretamente políticas, mas que ganham um especial relevo político porque interferem no modo e na eficiência como se responde a uma emergência de política pública de saúde. Esta divisão da sociedade americana continuará a ser o tema central para a resposta de política económica às consequências nas empresas e no emprego, mas também nos défices públicos e no volume de dívida, que decorrem do choque pandémico.*



trimestre de 2020 mas sem divulgação por imposição da administração Trump, confirmou a ingerência de serviços da Rússia no processo eleitoral americano, reabrindo a questão da interferência russa nas eleições presidenciais de 2016, que tinha conduzido ao processo de impugnação do presidente Trump que foi derrotado numa votação no Senado. Agora, porém, o presidente Biden comenta este último relatório com graves acusações ao presidente Putin, a que se seguiu a decisão russa de chamar o seu embaixador em Washington para consultas, com o objetivo de evitar uma deterioração irreversível das relações entre dos dois países. Este não será apenas um incidente diplomático nem apenas um pretexto para neutralizar a herança política de Donald Trump e a sua continuada influência sobre o Partido Republicano, evidencia uma mudança de orientação estratégica com o abandono da tentativa de estabelecer uma aliança dos Estados Unidos com a Rússia para o confronto com a China.

#### UNIÃO EUROPEIA: O TESTE CRÍTICO DAS INSTITUIÇÕES

Um contexto de desagregação do padrão de ordem mundial é o cenário mais adverso para a União Europeia, porque não dispõe de meios de defesa próprios nem de consistência política interna que lhe permitam ter uma política externa ativa e com credibilidade dissuasora perante estratégias que a ameacem tanto em termos económicos como em termos de movimentos migratórios. A União Europeia é uma construção institucional de equilíbrios de poderes nacionais, mas que precisa de uma estruturação da ordem mundial em que possa ser um poder entre poderes, uma entidade que seja necessária para o equilíbrio geral, mas que é ela própria um efeito do confronto entre poderes. Foi essa a condição inicial da sua constituição. A atual estruturação instável da ordem mundial deixou de ser favorável à consolidação de uma identidade geopolítica para a União Europeia e a sua consistência passou a estar dependente do que a sua escala puder oferecer aos seus Estados-membros para lhes proporcionar recursos e relevância que não poderiam ter se se mantivessem como Estados nacionais isolados.

A pandemia do coronavírus constitui, neste contexto, um desafio e uma oportunidade para o futuro da União Europeia, mas também contém o risco da sua desagregação se a mais-valia da integração como formação de escala não tiver como dividendo a formação de uma orientação estratégica com utilidade comprovada para os seus Estados-membros. É um desafio complexo porque uma vez mais (aconteceu o mesmo em 2008/11) a União Europeia é chamada a responder a uma necessidade que se percebe exigir uma resposta

comum, mas sem ter mecanismos e instrumentos que lhe permitam essa atuação com eficácia.

Associada à crise sanitária estão as crises económica e financeira de grande intensidade que colocam a urgência dos apoios de liquidez e uma estratégia de reconstrução dos sistemas económicos atingidos que seja concebida de modo a promover uma maior convergência e interdependência das economias europeias. Sendo um desafio complexo, aqui sim a União Europeia tem instituições preparadas para o enfrentar. Desde logo, o BCE, com seu instrumento poderoso da política monetária para a zona de moeda comum, com a sua capacidade para a criação de liquidez através das operações de facilidades quantitativas, com a sua gestão das taxas de juro e com o novo recurso, que foi criado para financiar os programas de reconstrução, de emissão de dívida comum pela Comissão Europeia. Mas também a Comissão Europeia demonstrou a sua capacidade de resposta a uma emergência suspendendo temporariamente as regras do Plano de Estabilidade de Crescimento – uma decisão que tem consequências que tornam ainda mais relevante o papel do BCE no futuro próximo, para absorver os desequilíbrios acumulados e para gerar os meios financeiros para os programas de reconstrução.

*A atual estruturação instável da ordem mundial deixou de ser favorável à consolidação de uma identidade geopolítica para a União Europeia e a sua consistência passou a estar dependente do que a sua escala puder oferecer aos seus Estados-membros para lhes proporcionar recursos e relevância que não poderiam ter se se mantivessem como Estados nacionais isolados.*



O coronavírus é uma ameaça, mas também é um criador de oportunidades que abre caminho para uma reconfiguração da União Europeia mais rápida e profunda do que se podia prever antes da pandemia. Mas para que estas oportunidades possam ser exploradas e concretizadas será necessário que os poderes políticos nacionais estejam em condições de poderem participar no aproveitamento destas potencialidades que só existem na escala da União Europeia.

Em relação a esta condição instrumental, os desenvolvimentos recentes nos sistemas políticos nacionais de vários Estados-membros apontam para dinâmicas de mudança e de instabilidades políticas nacionais que dificultam a formação de estratégias conjuntas na União Europeia e colocam nas instituições europeias uma responsabilidade adicional na estruturação de orientações comuns que sejam estáveis e duradouras, indispensáveis para corrigir e recuperar dos efeitos da pandemia. Em Março, em duas eleições regionais na Alemanha, em Baden-Württemberg e em Rhineland-Platinat, os democratas-cristãos da CDU tiveram derrotas importantes (24% no primeiro caso, oito pontos menos do que os Verdes, e 28% no segundo caso, em que venceram os social-democratas do SPD). Não se pode projetar estes resultados locais para antecipar o que serão os resultados das eleições gerais em Setembro, mas o facto de Angela Merkel já não ser candidata não

*A pandemia do coronavírus constitui um desafio e uma oportunidade para o futuro da União Europeia, mas também contém o risco da sua desagregação, se a mais-valia da integração como formação de escala não tiver como dividendo a formação de uma orientação estratégica com utilidade comprovada para os seus Estados-membros.*



favorece as expectativas da CDU e isso anuncia uma fase de instabilidade ou, pelo menos, de transição na política alemã. Em Itália, a experiência de um governo chefiado por Mario Draghi é uma tentativa nova para resolver os bloqueamentos da política italiana com a sua ligação direta ao quadro de possibilidades oferecido pela União Europeia, beneficiando da credibilidade e da rede de relações de quem foi governador do BCE. Na Holanda, o primeiro-ministro Mark Rutte ganhou as eleições legislativas para o que será o seu quarto mandato, mas terá de formar uma coligação que deverá ser idêntica à anterior (com o apoio no partido pró-europeu de Sigrid Kaag, que passou a ser o segundo partido e o dos democratas-cristãos de Wopke Hoekstra, que perderam cinco lugares), onde as suas preferências por políticas de austeridade deverão ser mitigadas pelas necessidades das políticas de estímulos para a reconstrução das economias depois da pandemia e pelo crescimento do partido pró-europeu de Kaag, o D66, mas já não poderá contar com a influência moderadora de Angela Merkel. Em França, a realização de eleições presidenciais no próximo ano condiciona a dinâmica política interna e não contribui para que Macron possa estruturar com Draghi um eixo franco-italiano estruturante da estratégia europeia de reconstrução, deixando-o mais dependente das iniciativas do Norte da Europa do que das necessidades do Sul, que não têm na Espanha também aliado em sua defesa, dada a fragmentação do sistema político espanhol, sujeito às pressões das autonomias e à instabilidade de um poder executivo minoritário obrigado a negociar os apoios parlamentares no mesmo período em que o regime monárquico é posto em causa.

A crise pandémica reforçou a necessidade da União Europeia com a escala de recursos e de mercados que permite aos Estados-membros enfrentar os seus desafios estratégicos, mas a fragmentação e a instabilidade dos sistemas políticos nacionais continuam a não promover a estruturação de orientações comuns que sejam estáveis e duradouras.

#### PORTUGAL: O DESAFIO DA ESTRATÉGIA DA MUDANÇA

A eleição presidencial e a instabilidade do bloco de apoio parlamentar a um governo minoritário do Partido Socialista são os dois fatores que permitem interpretar a evolução política ocorrida durante o primeiro trimestre.

O enquadramento desta evolução tem como condicionante principal as exigências orçamentais associadas à crise sanitária e aos auxílios de emergência a empresas que ficaram bloqueadas pelas imposições

*O coronavírus é uma ameaça, mas também é um criador de oportunidades que abre caminho para uma reconfiguração da União Europeia mais rápida e profunda do que se podia prever antes da pandemia.*



do distanciamento social, o que se iria repercutir no aumento da pressão sobre um nível de dívida pública que já era excessivo. Mas há outras condicionantes com relevância para o médio e longo prazo, como a urgência em conseguir a convergência de objetivos estratégicos que devem coordenar a aplicação eficiente dos programas da União Europeia para a reconstrução das economias, o que exige o controlo das oscilações das linhas estratégicas que são impostas pelas negociações parlamentares que sustentam o governo minoritário. Para além disso, este trimestre, como o seguinte, são condicionados pelo modo como Portugal desempenha a sua função na presidência da Comissão Europeia durante o primeiro semestre de 2021, na medida em que esta será a melhor oportunidade para que os diversos interesses ativos na sociedade portuguesa possam estabilizar o modo como articulam o exterior e o interior, entre o que são as pressões competitivas induzidas do exterior e o que são as preferências distributivas reveladas nas escolhas políticas internas.

A eleição presidencial, que corresponde à continuidade de dois mandatos, corresponde também à continuidade da mesma fórmula política de um governo minoritário com uma maioria parlamentar de apoio formada por partidos de esquerda que se mostram mais interessados na reprodução do sistema de relações existente do que na mudança e no crescimento. Estes foram os resultados efetivos da evolução política durante o primeiro mandato presidencial, onde a defesa da estabilidade política se confundiu com a defesa do imobilismo estratégico ou da degradação dos indicadores económicos e sociais.

No início do segundo mandato, confrontado com as consequências económicas e sociais da crise sanitária, mas também reconhecendo que o seu segundo mandato será condicionado pela urgência de corrigir a degradação dos indicadores económicos e sociais, é o Presidente que vem defender a necessidade de mudança, a necessidade de uma estratégia que rompa os círculos viciosos da estabilidade obtida por imposição do imobilismo.

O desafio da estratégia da mudança poderia ter sido assumido por iniciativa dos partidos que integram o sistema político se tivessem procedido à análise crítica do período 2008-2014, isto é, desde o início da crise financeira mundial até fim do programa de ajustamento, passando pela assinatura do memorando de entendimento português com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI com data de 17 de Maio de 2011. A evolução ocorrida durante esta década mostra que não foi possível atingir indicadores de potencial

de crescimento que permitam absorver os desequilíbrios anteriores e retomar uma trajetória de crescimento sustentado, sobretudo quando se tem em conta a degradação continuada dos indicadores de produtividade na economia portuguesa, a deterioração dos indicadores demográficos e a continuada perda de posições no grupo de Estados-membros da União Europeia.

A combinação da reeleição do Presidente da República com os resultados obtidos pela fórmula do governo minoritário apoiado por uma maioria parlamentar de apoio formada por partidos de esquerda, num contexto estruturado pelas crises económicas e sociais provocadas pela peste do coronavírus, indica que os acontecimentos deste primeiro trimestre já fazem parte do novo contexto que é estruturado pelo desafio da estratégia da mudança. A estabilidade por imobilismo é estagnação e, num mundo em desenvolvimento, a estagnação é regressão.

*A crise pandémica reforçou a necessidade da União Europeia com a escala de recursos e de mercados que permite aos Estados-membros enfrentar os seus desafios estratégicos, mas a fragmentação e a instabilidade dos sistemas políticos nacionais continuam a não promover a estruturação de orientações comuns que sejam estáveis e duradouras.*



## Perspetiva Económica

### PERSPETIVA INTERNACIONAL

Nos finais do Inverno, as perspetivas da evolução económica internacional encontravam-se condicionadas, nomeadamente, por duas ordens de fatores. Por um lado, o sanitário – as incertezas quanto à evolução da covid-19; por outro lado, o impacto do pacote fiscal norte-americano, que conjugado com políticas monetárias acomodáticas e sinais de uma relativa recuperação em curso, corre o risco de sobreaquecer a respetiva economia com riscos inflacionistas embora os seus impactos globais, em termos de crescimento, acabem por ser positivos. As perspetivas da OCDE (tendo já em conta o pacote Biden) apontavam para uma taxa de crescimento global de 5,6 % em 2021, vs uma contração de (-)3,4% em 2020, representando uma melhoria de 1,4 p.p. face às suas últimas projeções de dezembro).

O domínio sanitário continua ainda a pesar nas perspetivas internacionais, nas mais variadas dimensões, sejam as de ordem geopolítica ou as das perspetivas macroeconómicas. O ritmo de produção e disponibilização de vacinas continua a não corresponder ao esperado. Por outro lado, a vacinação avança primeiro nalguns países desenvolvidos deixando a vacinação do “terceiro mundo” para mais tarde, potenciando que novas variantes do vírus vão surgindo e coloquem em causa a eficácia das primeiras vacinas, contribuindo para a probabilidade de que enquanto “todos” (i.e., uma grande parte da população) não estiverem vacinados “todos” estarão em risco (isto é, não será possível alcançar o necessário nível de imunidade de grupo a nível global para que a pandemia não represente um risco global relevante). Ainda, e entre outros, não são ainda (suficientemente) conhecidas a eficácia das vacinas e a durabilidade das respostas imunitárias, o que aponta para a possibilidade dos surtos se tornarem sazonais. Esta eventual evolução para a sazonalidade afetará a humanidade, nomeadamente, em termos sanitários – obrigando a um reforço dos sistemas de saúde para a gestão desses surtos – e em termos das atividades económicas, em particular o turismo e as que exigem relacionamento interpessoal físico, que serão mais afetadas pela referida sazonalidade. Estes, entre muitos outros aspetos, constituem um complexo de incertezas em termos de perspetivas económicas a curto/médio ou longo prazo.

Há, no entanto, que relevar, face à evidência conhecida, que “quem vacina primeiro recupera primeiro” – os casos israelita, inglês e norte-

*As perspetivas da evolução económica internacional encontram-se condicionadas pelo fator sanitário e pelo impacto do pacote fiscal norte-americano. As perspetivas da OCDE apontavam para uma taxa de crescimento global de 5,6 % em 2021, uma melhoria de 1,4 p.p. face às projeções de Dezembro, mas permanece um grande número de variáveis instáveis que constitui um complexo de incertezas em termos de perspetivas económicas a prazo.*



americano – apontam para tal. Contudo, contrastando com esta aparente “evidência” os casos de controle da pandemia na região asiática, em particular na China, surgem como modelos sanitários e económicos, embora só possíveis nos respetivos contextos culturais e políticos (autocracia). De facto, lendo as projeções da OCDE (ou mesmo as do FMI de janeiro 2021) é a região asiática a que mais rapidamente crescerá em 2021 e 2022. Para a China é avançada uma taxa de crescimento de 7.8% em 2021 e de 4.9% em 2022. Já para a Índia é avançada uma taxa de crescimento de 12.6% em 2021 e de 5.4% em 2022. Os números da China apontam para que o país se possa tornar a principal economia mundial, ultrapassando a dos EUA mesmo em termos nominais, antes do final da década.

*Os estímulos fiscais norte-americanos, conjugados com uma política monetária acomodatória por parte do FED concorrem para que a economia norte-americana deva crescer, mas a característica fortemente expansionista da política económica norte-americana terá riscos inflacionistas, em particular, quanto ao nível das taxas de juro que afetarão as dívidas dos agentes económicos domésticos e internacionais.*



O pacote fiscal Biden de 1.9\$tn conjugado com o aprovado no final de dezembro, atinge cerca de 3 \$tn (cerca de 14% do PIB pré-crise pandémica); caso se considere ainda o primeiro pacote de estímulos o valor ronda os 6\$tn. Estes estímulos fiscais conjugados com uma política monetária acomodatória por parte do FED – que admite que a inflação possa temporariamente ultrapassar o referencial de 2% – concorrem para que a economia norte-americana deva crescer a uma taxa de 6,5 % em 2021 e de 4 % em 2022, ultrapassando o nível previsto pré-pandémico no fim de 2022. A característica fortemente expansionista da política económica norte-americana terá riscos inflacionistas, em particular, quanto ao nível das taxas de juro que afetarão as dívidas dos agentes económicos domésticos e internacionais (entre outras, as das dívidas soberanas). Contudo é de admitir que o FED tente “regular” esses aumentos das taxas de juro. Mas o potencial sobreaquecimento da economia norte-americana é um “bem” em si mesmo para a própria economia e para a economia internacional num período pós-pandémico porque se traduz num estímulo para o crescimento global e para um mais rápido sarar das feridas pandémicas.

Do ponto de vista doméstico, o pacote Biden corrigirá, no curto prazo, os níveis absolutos e relativos das desigualdades e da pobreza. Porventura, será o principal marco da Administração Biden, porque politicamente não teve o apoio dos republicanos. A maioria simples democrática no Senado não será capaz de aprovar a agenda de Biden noutros domínios, dado o clima de crispação partidária (o ‘fantasma’ de Trump impõe-se) salvo se a regra de “*filibuster*” (que defende a minoria exigindo uma supra-maioria de 60 votos contra 40) for afastada.

Tentando uma leitura geopolítica da política económica norte-americana, ela parece ser um passo necessário para que os EUA tentem conservar algum espaço de manobra face aos avanços

chineses. O dinamismo e influência económicos chineses prosseguem a bom ritmo, e em muitos domínios científico/tecnológicos (comunicações [5G], inteligência artificial [IA] e computação quântica) e militares, a China aparenta estar - ou está mesmo - à frente. Entretanto a China já “ocupou” politicamente Hong-Kong. Naturalmente deseja ocupar física e politicamente Taiwan. No curto prazo, essa tentativa correria o risco de um conflito militar com os EUA (há “jogos de guerra” no Mar Sul da China e nos espaços contíguos a Taiwan) de consequências imprevisíveis, regional e globalmente. Provavelmente a China espera que a Administração Biden (“America is back”) seja um “intervalo” e tem razões para tal. As eleições norte-americanas para o Congresso no final de 2022 (renovação da Casa dos Representantes e renovação parcial do Senado) poderão permitir um controlo (total ou parcial) republicano (o sistema eleitoral norte-americano é “enviesado” e favorece os republicanos). Depois, em 2024, nas eleições presidenciais, poderá haver uma disputa entre a Vice-presidente Kamala Harris (Biden já terá mais de oitenta anos) e um candidato “trumpista” ou o próprio Trump. Por outros termos, o “trumpismo” está bem vivo e divide crispadamente a sociedade norte-americana. Uma sociedade dividida não sustenta nem suporta politicamente um conflito sério na Ásia e levanta dúvidas (tal como Trump levantou e levanta) sobre a sua vontade e capacidade de intervenção ou regulação de conflitos internacionais, de ajudar e honrar compromissos junto dos seus aliados, senão mesmo da sua viabilidade enquanto ente político geoestratégico.

*A política económica norte-americana parece ser um passo necessário na tentativa de os EUA conservarem algum espaço de manobra face aos avanços chineses – na economia mas também politicamente (Hong Kong) e eventualmente no campo militar (Taiwan), embora no curto prazo pareça afastada essa possibilidade.*



É neste enquadramento sanitário, macroeconómico e geopolítico que, porventura, se deve “ler” a UE. Do ponto de vista sanitário, a situação é aí diferenciada inter e intra-Estados. Há Estados que caminham para um desconfinamento/redução do nível de restrições gradual, mas outros tiveram de retomar um rumo contrário. Naturalmente, a livre circulação de pessoas inter e intra-Estados permanece penalizada.

A agravar a situação mantém-se o estado atrasado da vacinação em comparação com outros países desenvolvidos (Israel, RU e EUA). A UE atrasou-se na autorização das vacinas e o sistema centralizado de compras e distribuição proporcional – correto politicamente – terá porventura criado desvantagens negociais e incumprimentos reiterados por parte dos laboratórios produtores. Atrasos na vacinação correspondem, entre outros, a atrasos na recuperação das atividades económicas, em particular daquelas que exigem relacionamento interpessoal físico, entre elas o turismo. Começa-se a discutir a possibilidade de “passes imunitários”, questão muito

delicada porque privilegia quem tenha sido vacinado (ou adquirido imunidade).

Em resumo, as referidas atividades, em particular o turismo e afins, estão muito dependentes da evolução sanitária e os países/regiões mais dependentes destes, mais penalizados estão. As atividades industriais e as possibilitadas pelo teletrabalho vão-se desenvolvendo (estas últimas reforçando-se e criando padrões de comportamento da mais variada natureza) possibilitando que a economia, no seu todo, vá evoluindo com algumas perspetivas positivas. Os estímulos fiscais nacionais são diferenciados de acordo com as possibilidades orçamentais, mas no seu conjunto e combinados com a “bazuca” (quando ela se efetivar) não atingem a grandeza do pacote fiscal norte-americano. As regras orçamentais estão suspensas até 2022 e espera-se flexibilidade na sua aplicação quando forem respostas. Inclusive adivinha-se um debate sobre a sua adequação, dado o agravamento do nível (em relação ao PIB) das dívidas soberanas. O BCE garante uma política monetária agressiva segurando a colocação das dívidas soberanas e o respetivo nível baixo dos juros, que tenta manter controlado (os juros deverão sofrer pressões de subida em resultado da subida das taxas de juro do dólar). Neste quadro, a OCDE avançou uma taxa de crescimento para a zona euro de 3,9 % em 2021 e de 3,8 % em 2022 (considerando já o impacto positivo da política norte-americana). São perspetivas positivas nas resultam “pobres” quando comparadas com as norte-americanas.

Do ponto de vista geopolítico, a UE está gradualmente a acordar para as questões de “soberania”. Há um ano atrás viu que dependia sanitariamente da China. Agora depara-se com a questão das vacinas. Começa a debater a “soberania estratégica/tecnológica”. Não tem plataformas digitais e está “à mercê”, nomeadamente, das GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) e dos desafios que a Tesla provoca no sector automóvel. Nas comunicações, defronta o avanço chinês no domínio do 5G e as pressões norte-americanas para resistir a ele. Começa a aperceber-se do papel estratégico que a IA irá desempenhar, do avanço chinês nesse domínio e dos “upgrades” que esta permite no respetivo sistema de controlo social (*social credit system*) de controlo das emoções individuais. Em termos de Defesa e Segurança “respira” de alívio com a vinda da Administração Biden que salvou a NATO, mas debate internamente quanto é que deve avançar em termos de autonomia/complementaridade face a esta organização nos referidos domínios. Caso Trump/trumpismo reapareça em 2024 é o seu próprio futuro que é questionado dadas as lacunas de “soberania estratégica” aos mais diversos níveis, bem como às repercussões políticas nalguns Estados dum reforço de movimentos

*A UE atrasou-se na autorização das vacinas e o sistema centralizado de compras e distribuição proporcional – correto politicamente – terá porventura criado desvantagens negociais e incumprimentos reiterados por parte dos laboratórios produtores. Atrasos na vacinação correspondem, entre outros, a atrasos na recuperação das atividades económicas, em particular daquelas que exigem relacionamento interpessoal físico, entre elas o turismo.*



de direita radical. Já este ano, o seu futuro (re)posicionamento estratégico – bem como o seu “funcionamento”, incluindo no domínio económico – depende do sucessor da Chanceler Merkel.

#### PERSPETIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal depende, nomeadamente, da evolução doméstica e internacional da pandemia, em particular, no contexto europeu, do ritmo de recuperação económica internacional e europeia e da evolução político-económica internacional/europeia.

*Portugal não é uma ilha. Mesmo que o nosso desconfinamento propicie níveis pandémicos favoráveis, se os do exterior não evoluírem no mesmo sentido não será possível o turismo atingir no verão níveis que minimizem os custos de funcionamento da altura e as perdas passadas.*

*A retoma da economia portuguesa deverá acompanhar temporalmente a recuperação europeia, mas não o seu ritmo. E será, ainda, uma retoma assimétrica, porque houve actividades mais afectadas do que outras, e porque a estrutura produtiva se renovou.*



Do ponto de vista sanitário, nos finais do Inverno, o país inicia um processo de desconfinamento gradual (em contraste com o que ocorria nalguns países europeus) após um período de confinamento relativamente similar ao do ano passado, na sequência do agravamento dramático da pandemia pós-Natal. O processo de vacinação decorre atrasado, refletindo a escassez de vacinas no quadro da UE. De como decorrer o desconfinamento e de como progredir o processo de vacinação, assim dependerá, quer a evolução sanitária do país, quer o retomar das actividades de relacionamento interpessoal físico, e do turismo e das actividades com este relacionadas. No período de confinamento, a digitalização de muitas actividades de serviços bem como a manutenção de actividades industriais e de construção permitiu manter um nível de actividade económica que em contextos passados não seriam possíveis. O desconfinamento gradual deverá permitir um maior nível de actividade económica. Contudo, Portugal não é uma ilha. Quer o nível de turismo *lato sensu* (i.e., incluindo actividades relacionadas), quer o da indústria/construção não são imunes à evolução pandémica e económica internacional. em particular, a da UE. Mesmo que o nosso desconfinamento propicie níveis pandémicos favoráveis, se os do exterior não evoluírem no mesmo sentido não será possível o turismo *lato sensu* atingir no verão níveis que minimizem os custos de funcionamento da altura e as perdas passadas. Por outros termos, a economia portuguesa – e algumas das suas regiões – dependem (in)felizmente desse tipo de actividades. Tal traduzir-se-á em que a retoma da economia portuguesa deverá acompanhar temporalmente a recuperação europeia mas não o seu ritmo. E será ainda uma retoma assimétrica, porque houve actividades mais afetadas do que outras, e porque a estrutura produtiva se renovou.

Em termos de números, as últimas previsões da OCDE (março 2021) não avançavam projeções para a economia portuguesa. Contudo, tinham melhorado, nomeadamente, as respeitantes à zona euro –

3,9% em 2021, mais 0,3 p.p. do que em dezembro – e à Espanha (nossa vizinha e onde o turismo *lato sensu* é relevante) – 5,7% em 2021, mais 0,7 p.p., face a dezembro. Nessa altura, as projeções da OCDE para a economia portuguesa avançavam com uma taxa de crescimento de 1,7% em 2021 (contrastavam com outras por serem mais desfavoráveis). Admitindo uma “correção” de ordens de grandeza “próximas” das da zona euro e espanhola significaria uma correção positiva da taxa de crescimento para a economia portuguesa de ¼ p.p. a ¾ p.p., em 2021, o que apontaria para uma taxa de cerca de 2 ¼% (vs. contração de [-]7.6% em 2020). Contudo, tal como as da Comissão (4,1%, fevereiro) não deixam de constituir “*educated guesses*” no contexto de incertezas em que se vive.

*A estratégia orçamental portuguesa na resposta à crise derivada dos confinamentos assentou mais num diferimento de pagamentos do que em apoios diretos. Foi “prudente” por causa do nível da dívida pública e da incerteza. Contudo, dado o nível de quebra de atividade e o que esta significa, não será de afastar que o erário público tenha que vir a assumir parte destas perdas sob pena de a economia portuguesa ver penalizada a sua competitividade, acentuando os desequilíbrios sociais e dificultando soluções governativas estáveis.*

A estratégia orçamental portuguesa na resposta à crise derivada dos confinamentos assentou mais num diferimento de pagamentos do que em apoios diretos. Foi “prudente” por causa do nível da dívida pública e da incerteza quanto ao modo de regresso das regras orçamentais ditados por Bruxelas. Contudo, dado o nível de quebra de atividade e o que esta significa (desemprego, insolvências/falências, níveis de endividamento individuais e societários, descapitalização das empresas, créditos “mal-parados”), não será de afastar que o erário público tenha que vir a assumir parte destas perdas sob pena de a economia portuguesa registar um elevado número de “óbitos económicos”, os quais a podem vir a penalizar significativamente e à sua competitividade, acentuar os desequilíbrios sociais e dificultar soluções governativas estáveis. Porventura, haverá que reponderar o grau de afetação de fundos comunitários (esperados) a algumas destas questões. Inclusive, “agilizar” que agentes económicos dinâmicos (muitas PMEs) não fiquem “presos” ao passado por legislação fiscal-comercial desadequada à velocidade das economias e sociedades modernas.



Em termos geopolíticos, Portugal encontra-se como a UE no meio do confronto estratégico entre a potência tecno-económica-militar EUA – aliada transatlântica histórica e cultural – e a potência emergente China. Não se afigurará fácil “escapar” ao “comportamento” de Bruxelas/Berlim nesse confronto, em particular, quando há uma crescente consciência de que não há “tecnologias benignas” no quadro das economias e sociedades do presente em que os domínios tecnológicos aparentam ser mais formatadores dos processos de “consciencialização/manipulação” e, por consequência, dos processos de tomada de decisão do que o foram no passado. Contudo, o tentar gerir interdependências dentro dos constrangimentos não deixa de ser um referencial a ter em conta.

Historicamente, as cidades sempre constituíram um espaço de encontro de pessoas, bens e culturas, ao mesmo tempo que provocavam o desenvolvimento de fatores de bem-estar, segurança e qualidade de vida, aliados a fatores de acumulação de conhecimento, inovação e, conseqüentemente, de riqueza e poderio.

Por essas razões, os sistemas urbanos sempre constituíram motores de transformação e desenvolvimento económico e social e as cidades polos de atração para pessoas e empresas. O futuro do trabalho e o futuro das cidades estão, por isso, interligados.

Tradicionalmente, as pessoas têm sido atraídas pelos centros urbanos, onde encontram uma abundância de oportunidades de trabalho, cultura, bem-estar e experiências sociais únicas. No entanto, os confinamentos e bloqueios aplicados em todo o mundo para deter a propagação do coronavírus levaram os líderes políticos e empresariais a considerar que os encontros e os trabalhos remotos, suportados pelas tecnologias, constituem uma alternativa real – viável e mais económica – à tradicional solução de escritórios e gabinetes, desencadeando um debate sobre os métodos e locais de trabalho físico e, conseqüentemente, o significado e as funções das cidades.

De facto, com a evolução da pandemia – e a partir de meados de 2020 –, começaram a notar-se movimentos de migração reversa das cidades, sobretudo de grandes cidades, incluindo Londres e Nova Iorque, por exemplo, em direção a zonas com características menos urbanas. Algumas opiniões argumentam mesmo que, com os novos sentimentos e conceitos de convívio e segurança trazidos pelo coronavírus (nomeadamente a biossegurança), as cidades e sobretudo os centros das cidades estão a perder força, porque estão a “perder a sua alma”. Com as vacinas a serem disponibilizadas em 2021, colocam-se agora grandes questões: acontecerá o retorno ao escritório e à cidade, e este facto continuará a ser um dos fatores determinantes de inovação e crescimento, como no passado? Ou, pelo contrário, as cidades deverão ser repensadas, redesenhadas e revolucionadas?

Estas questões fundamentais para o futuro das cidades têm vindo a ser objeto de reflexão por vários *thought leaders* internacionais.

A base deste artigo assenta numa reflexão provocada pela organização Crowe Global, através do seu núcleo de reflexão *The Art*

*Os sistemas urbanos sempre constituíram motores de transformação e desenvolvimento económico e social e as cidades polos de atração para pessoas e empresas. O futuro do trabalho e o futuro das cidades estão, por isso, interligados.*



*of Smart*, com os especialistas Barrie Barton, co-fundador do Right Angle Studio na Austrália – criado em 2005 para "entender e melhorar a vida em nossas cidades" – e Peter Hogg, Diretor da Arcadise, consultora global de design, engenharia e gestão no Reino Unido, com 350 escritórios em 40 países. As adaptações e os acrescentos efetuados ao documento original são da nossa inteira responsabilidade e derivam do nosso próprio conhecimento e experiência.

#### AS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 REVELAM PROBLEMAS QUE JÁ EXISTIAM NAS CIDADES E NAS SOCIEDADES

A pandemia da COVID-19 provocou uma espécie de exame de raio-X e revelou alguns problemas existentes nas cidades e sociedades, funcionando também como uma máquina do tempo que nos transportou para diante e nos mostrou problemas que estavam latentes e se tornaram agudos, como desigualdades sociais e gestão de cadeias de abastecimento e processos e formas de organização nas empresas. Em resultado do pânico, verificaram-se muitas decisões e respostas sem uma direção suficientemente pensada, com os perigos que daí podem resultar. O surgimento das vacinas pode levar-nos a um ponto onde podemos voltar a uma "nova normalidade" de ser e fazer como antes. No entanto, voltar ao passado, com a única preocupação de ser de uma forma rápida (como aconteceu após os ataques de 11 de setembro) seria um enorme erro. Como sociedade, estamos num momento único para fazer um balanço, avaliar o que funcionou bem e o que não funcionou, aproveitar para eliminar os problemas e o que está mal, reinventar, melhorar e seguir em frente.

*Voltar ao passado, com a única preocupação de ser de uma forma rápida seria um enorme erro. Como sociedade, estamos num momento único para fazer um balanço, avaliar o que funcionou bem e o que não funcionou, aproveitar para eliminar os problemas e o que está mal, reinventar, melhorar e seguir em frente.*



#### A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

Para além da nova questão da biossegurança, surgida com a pandemia, a questão da transição climática e a mobilidade vão, certamente, adquirir uma nova dimensão, com uma nova abordagem. Pode não haver uma mudança radical das grandes zonas comerciais e sociais centrais, mas estas sofrerão uma evolução, no sentido de contribuição positiva para a transição climática. A questão climática deixará de ser um *soundbite* e passará a ser uma prioridade para a sociedade e para os planificadores e gestores das cidades.

#### A ASCENSÃO DA COMUNIDADE DE 15 MINUTOS?

As grandes cidades terão uma tendência para se tornarem cada vez mais policêntricas e menos *hub-and-spoke*. Começam já a surgir

empreendimentos – como novas cidades – fora da área urbana, mas sustentando a área urbana. Estes novos empreendimentos/novas cidades podem vir a constituir o núcleo em torno do qual as novas cidades crescem e se vão desenvolver. É o modelo de planeamento “comunidade 15 minutos” (ter acesso a casa, trabalho e bens sociais em um máximo de 15 minutos), em oposição aos grandes centros urbanos, onde tudo está presente. As vantagens e desvantagens deste modelo não estão ainda consolidadas, e dependerão do tipo e dos objetivos pretendidos para cada cidade.

*À medida que se volta a uma nova normalidade, há que assumir que o talento queira proteger certos aspetos entretanto normalizados pela pandemia, como o seu exercício físico diário e a convivência com a família, por exemplo.*

#### O TRABALHO DO FUTURO

De acordo com Dinesh Jangra, Partner e Chefe de Serviços Globais de Mobilidade, Crowe UK, o trabalho remoto está a tornar-se o *mainstream*. Passou de centros urbanos para subúrbios e áreas rurais, e atravessou mesmo vários fusos horários. Este fenómeno era já, em parte, uma realidade, mas a pandemia tem tido um efeito acelerador.



As forças de trabalho são distribuídas como nunca o foram antes. As organizações precisam de talento para prosperar, mas esse talento, por sua vez, também precisa de ambientes que o ajudem a prosperar no seu bem-estar como indivíduo. À medida que se volta a uma nova normalidade, há que assumir que o talento queira proteger certos aspetos entretanto normalizados pela pandemia, como o seu exercício físico diário e a convivência com a família, por exemplo.

Há um anseio por socializar, co-criar ideias e inovar em conjunto. As cidades e escritórios permitem isso. Um *boom* de novas ideias pode estar no horizonte à medida que pessoas, organizações e sociedades se reconectam pessoalmente, nos escritórios e grandes cidades. No entanto, é de esperar um equilíbrio nessa de mudança. O empregado de cinco dias por semana, pode ser um empregado de três dias. Um trabalhador contratado pode estar num espaço transfronteiriço, tendo-se notado, ainda mais com a pandemia, um *boom* no trabalho remoto internacional. É certo que o trabalho remoto acarreta maior complexidade e risco e existem inconvenientes, como ineficiências, cansaço, fragilização do espírito de equipa e criatividade relacional, entre outras. Por isso, as soluções de trabalho híbrido, de escritório físico e remoto, têm demonstrado vantagens e ganhos para empregadores, funcionários, famílias e para a sociedade, em geral.

## O ÊXODO URBANO – SONHO OU PESADELO?

Irreversíveis, algumas das tendências acima referidas, foram já notadas em algumas partes do planeta e, por isso, há que tirar algumas ilações dessas experiências, sobretudo as menos bem-sucedidas, as quais podem servir de base a um conhecimento, pelo menos empírico, de como a as novas realidades podem acontecer.

Na Austrália, por exemplo, uma das principais tendências que se tem notado é a de pessoas que se deslocam de bairros de cidades ricas para áreas regionais do país por razões de estilo de vida. No entanto, nem sempre com sucesso, pois há quem note a perda das conexões, as oportunidades financeiras que aquelas proporcionam e o nível de cultura mais reduzido. Nota-se mesmo, por vezes, um retorno à “grande cidade” com a sensação de não ter dado certo.

No Reino Unido, outro exemplo, alguns londrinos mais prósperos e de classe média têm vindo a afastar-se do centro. Isto tem provocado problemas sociais, levando os centros a serem habitados por pessoas problemáticas económica e socialmente. Por seu lado, os melhores locais fora das cidades estão notando um aumento nos preços das casas, mas não têm conseguido corresponder ao fluxo em massa de pessoas com altas expectativas quanto a velocidade de banda larga, a instalações familiares e a infraestruturas sociais.

## EM LOUVOR DAS CIDADES – A CONTINUADA IMPORTÂNCIA

Tendo em conta o que foi explicitado, as cidades deverão continuar a ser um dos maiores triunfos da sociedade, e estarão para ficar.

As grandes cidades são espaços de encontros, liberais, tolerantes e experimentais. O desejo da humanidade de aglomerar, de se unir, de crescer, de se concentrar, de se desenvolver com base nas conquistas uns dos outros permanecerá inalterado.

O seu papel gerador de conhecimento, riqueza e desenvolvimento social irá continuar. No entanto, precisam de se adaptar às novas tendências, de se adaptar e usar o potencial das novas tecnologias e de ser muito claras quanto à sua razão de ser, aos seus objetivos concretos e o que têm a oferecer aos seus cidadãos e comunidades, bem como a outras cidades e países, sob a forma de redes e parcerias. Uma cidade, para além de necessariamente precisar de escala, económica e socialmente sustentável, não pode ser apenas por si só, mas tem de fazer parte de um ecossistema complexo de outras cidades e comunidades e essa conectividade tem de ser claramente assumida e praticada.

*Irreversíveis, algumas das tendências acima referidas, foram já notadas em algumas partes do planeta e, por isso, há que tirar algumas ilações dessas experiências.*

*Mas as cidades deverão continuar a ser um dos maiores triunfos da sociedade, e estarão para ficar como espaços de encontros, liberais, tolerantes e experimentais, geradores de conhecimento, riqueza e desenvolvimento social.*



## A pandemia e o turismo pós-pandémico

O turismo é um dos setores mais importantes da economia portuguesa, pela sua elevada contribuição para as exportações e por constituir um dos motores do crescimento económico. Pelas suas características é, também, um dos mais afetados pela pandemia da COVID-19.

Importa, por isso, avaliar quais os fatores e tendências que irão ter um papel determinante na evolução do turismo, numa era pós-pandémica.

Um primeiro fator a considerar e que provocou alterações significativas em todas as atividades socioeconómicas, algumas latentes, mas agora mais adquiridas e assumidas no funcionamento das sociedades e das economias, é a utilização mais intensa das tecnologias de comunicação, suportadas na Internet. Esta dimensão é uma das “tendências pesadas” que teve, no seu caminho de cerca de 40 anos, marcos decisivos, como o surgimento, em 1995, da *world wide web*, o colapso, em 2001, do NASDAQ, mas sobretudo a progressiva afirmação e consolidação como meio integral de disseminação de informação e conhecimento, o comércio eletrónico como fator de desenvolvimento do seu uso e, mais recentemente, a grande plataforma de suporte à comunicação multimédia entre pessoas e agentes económicos.

Este último marco (que a seu tempo será tratado pela História, como um momento de viragem), contemporâneo, e em parte provocado pela pandemia do coronavírus, não resultou de uma disrupção tecnológica (pois os meios estavam disponíveis), mas sim de uma exigência social e económica, de suporte a uma nova dimensão de possibilidades, negócios e soluções necessárias e que se tornaram disponíveis para uso de forma instantânea e a um nível planetário.

O impacto desta tendência, aliada a outras que a pandemia veio criar, como sublinhado por um conjunto de opiniões, desde Bill Gates à IATA, embora tenha um impacto positivo em muitos processos e na organização dos negócios, vem resultar num decréscimo de determinados tipos de fluxos de tráfego aéreo e turístico, nomeadamente nas viagens de negócios, congressos e eventos.

Uma outra dimensão é a noção de segurança que veio alterar comportamentos sociodemográficos e económicos (e, consequentemente, políticos).

*Entre os fatores e tendências que irão ter um papel determinante na evolução do turismo numa era pós-pandémica a utilização mais intensa da internet e TIC é uma tendência pesada e resulta num decréscimo de determinados tipos de fluxos de tráfego aéreo e turístico, nomeadamente nas viagens de negócios, congressos e eventos.*



Desde o fim da 1ª Guerra Mundial que o conceito de segurança deixou de ser local e regional e evoluiu para um conceito global, com um forte matiz bélico e securitário. Após a 2ª Guerra Mundial, ao conceito de segurança juntou-se o conceito de ameaça e de radicalismo, o qual, mais tarde, originaria os movimentos de terrorismo e a noção sociológica de insegurança como algo que ponha em causa a nossa proteção pessoal em resultado de um qualquer mecanismo bélico ou armado. No entanto, desde a utilização da bomba atómica, a humanidade percebeu que as dimensões da ameaça à nossa integridade física não advinham só de armas físicas, mas que passariam a ter outras características mais devastadoras, invisíveis e impercetíveis. Assim, o conceito de “bélico” deixou de ser uma medida de força física e ganhou dimensões de nuclear, química, biológica e, mais tarde, cibernética.

*O início de 2020 veio, com o surgimento da pandemia por coronavírus, introduzir uma nova dimensão ao conceito de segurança – a biosegurança transversal a todas as atividades humanas e no funcionamento das sociedades.*



Aquando da libertação do Kuwait (Janeiro de 1991) e pela primeira vez (desde que a aviação comercial assumiu o seu papel de transporte e ligação entre povos), os transportes aéreos tiveram uma primeira paragem quase total, a qual durou algumas semanas. No 11 de Setembro houve um impacto semelhante. Este tipo de epifenómenos foi assumido e endogeneizado pelas sociedades, deixando de haver disrupções significativas.

No entanto, no início de 2020 o surgimento do coronavírus introduziu uma nova dimensão ao conceito de segurança – a biossegurança (enquanto proteção face a substâncias biológicas naturais perigosas), transversal a todas as atividades humanas e no funcionamento das sociedades.

Com o coronavírus e a pandemia, uma das maiores atividades económicas do Mundo, aquela que torna a humanidade mais próxima e que facilita o desenvolvimento humano em múltiplas dimensões (o turismo, que promete a redistribuição da riqueza pelo mundo e a paz) foi aquela que teve o impacto mais profundo. O usufruto do “espaço/tempo” tão querido pela humanidade, e que suportava atividades económicas em todo o mundo, deixou de ser possível de conciliar com a falta da biossegurança.

A vacinação é um fator determinante para a alteração destas circunstâncias. No entanto, assegurar níveis confortáveis de biossegurança para a atividade do turismo exige uma confiança global e sincronizada, de modo que a atividade económica do turismo possa recomeçar um novo caminho, que continuará a ser determinante na geração de riqueza e bem-estar e que, mesmo sendo diferente, vai reconquistar a dimensão de uma das maiores atividades económicas de nível global.

*A pandemia do coronavírus vai obrigar a alterações nos fundamentos do turismo, devido a condicionalismos que provocam atitudes e motivações individuais e sociais diferentes, isto é, um novo Propósito e uma nova abordagem Regenerativa, repondo ou melhorando os recursos naturais utilizados.*



O extraordinário crescimento e desenvolvimento da atividade económica do turismo e, como seu aliado, o do transporte aéreo, tem provocado avaliações económicas e sociais muito benévolas, nomeadamente quanto à distribuição da riqueza a nível global, que resulta dos fluxos originados em países ricos, com destino a geografias mais carenciadas. No entanto, nos últimos tempos e também resultante dos momentos de reflexão e de reinvenção que a pandemia provocou, tem vindo a surgir uma dimensão latente, mas que se está a tornar mais clara: o ambiente e a transição climática.

Está hoje assumido que a pegada ecológica do turismo é significativa e que tem que ser tratada como os restantes fatores nos quais assenta o funcionamento da economia e das sociedades do século XXI. A limitação de determinado tipo de voos, o desenvolvimento de aviões e equipamento mais eficientes do ponto de vista ecológico, alteração nas infraestruturas e processos que suportam o turismo desde aeroportos a hotéis, tudo tem vindo a ser objeto de reflexão profunda.

Uma das atividades económicas do turismo mais perversas quanto a esta dimensão é da indústria de cruzeiros, por poder ser bastante poluidora e, conseqüentemente, por em causa um dos mais importantes ecossistemas da humanidade, o mar. Esta dimensão ambiental torna-se fundamental nos conceitos de turismo de proximidade e na definição de destinos e do seu “sobre-uso”, como, é, por exemplo, o caso do fecho de praias na Tailândia. Sem respeitar a natureza e o ambiente, o turismo deixa de constituir uma necessidade e uma utilidade social, não cumprindo a sua promessa inicial...

A estas dimensões há, ainda, que acrescentar a da longevidade, a qual altera alguns dos determinantes do turismo atual, como os do volume/massas, do preço e da tipologia das infraestruturas, por exemplo.

Em conclusão, a pandemia do coronavírus vai obrigar a alterações nos fundamentos do turismo, devido a condicionalismos que provocam atitudes e motivações individuais e sociais diferentes, isto é, um novo Propósito e uma nova abordagem Regenerativa, repondo ou melhorando os recursos naturais utilizados.

